

Democracia Socialista

Nesta edição

08 de março
marxismo
revolucion
ano século
XXI direitos
trabalhistas
previdência
neoliberalismo
contrarrevolução

R E V I S T A

Democracia Socialista

SÃO PAULO, MAIO DE 2017

Revista Democracia Socialista é uma publicação da Democracia Socialista (DS), tendência interna do Partido dos Trabalhadores

 Esta revista está licenciado por Creative Commons – Atribuição Uso Não Comercial

Editores

Joaquim Soriano e Gustavo Codas

Coordenação editorial

Marisa S. Mello

Grupo de trabalho editorial

Clarice Paradise

Claudio Puty

Elmano Freitas

João Gabriel

Juarez Guimarães

Marilane Teixeira

Nalu Faria

Raul Pont

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Gráfica

Pigma Gráfica Editora

Tiragem

2.000 exemplares

www.democraciasocialista.org.br

Coordenação Nacional da DS

Álvaro Alencar

Ana Julia Carepa

Anderson Campos

Andrea Butto

Arlete Sampaio

Balbina Rodrigues

Bernardo Cotrim

Beto Bastos

Birá

Bismarque

Carlos H. Árabe

Carlos Pestana

Chris Rondon

Cícero Lourenço

Cirilo Mota

Clarissa Cunha

Claudio Puty

Clédisson Junior

Dandara Tonantzin

Daniel Gaio

Elaine Cristina

Eleonora da Silva

Eliane Silveira

Eneida Nascimento

Estevão Cruz

Eulália Nascimento

Everaldo Fernandez

Fabíola Paulino

Gabriel Magno

Gabriel Medina

Gerusa Bittencourt

Gilberto Neves

Gino César

Girlene Lázaro

Gustavo Codas

Henrique Pulga

Iris de Carvalho

Isabelle Azevedo

Isolda Dantas

Joaquim Soriano

Josete Dubiaski

Juarez Guimarães

Karol Cavalcante

Lays Gonçalves

Lea Marques

Lucio Costa

Luizianne Lins

Marcelo Fragozo

Margarida Salomão

Marisa Mello

Marlei Fernandes

Mauro Rezende

Miguel Rossetto,

Arno Augustin

Mirelly Cardoso

Nalu Faria

Natanael Coutinho

Pepe Vargas

Quêner Chaves

Rafael Freire

Raimunda Lucineide

Raimundo Ângelo

Raul Pont

Ricardo Ramos

Rosana Sousa

Rosane Silva

Samira Sanches

Shirlei Nascimento

Sofia Cavedon

Tatau Godinho

Taumaturgo Lima

Ticiania Studart

Revista Democracia Socialista

São Paulo, Associação Caetés,

Número 5, Maio de 2016

ISSN 2317-577X

SUMÁRIO

5

APRESENTAÇÃO

9

CONJUNTURA INTERNACIONAL.

A PROPÓSITO DA GRANDE BIFURCAÇÃO.
PARA ACABAR COM O NEOLIBERALISMO

UMA ENTREVISTA DE BRUNO TIEL COM GÉRARD DUMÉNIL E DOMINIQUE LÉVY

27

DONALD TRUMP E A CLASSE TRABALHADORA –
NEM TUDO É O QUE PARECE

REGINALDO MORAES

43

CONJUNTURA NACIONAL

A DINÂMICA DA CONTRA-REVOLUÇÃO NEOLIBERAL

JUAREZ GUIMARÃES

51

A DESINTEGRAÇÃO SOCIAL:

DESMONTE DA PREVIDÊNCIA, DO MERCADO
DE TRABALHO E DOS DIREITOS TRABALHISTAS

MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA

67

SEM A CUT O SUS NÃO SE SALVARÁ

RONALDO TEODORO

81

INTERNACIONALISMO

PARA UM MARXISMO REVOLUCIONÁRIO NO SÉCULO XXI

BENSAID NA LEMBRANÇA DO MORO

95

MULHERES

HISTÓRIA DO 08 DE MARÇO,

DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES

NALU FARIA

107

CULTURA

PROCURA-SE UM TOLSTÓI

GUILHERME CASSEL

HISTÓRIA DO 08 DE MARÇO, DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES

NALU FARIA

Quando a Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague em 1910, decidiu pela realização de um dia internacional especialmente dedicado à luta das mulheres, nascia o principal dia de luta do movimento de mulheres no mundo. Retomar o sentido da comemoração do Dia Internacional das Mulheres é recuperar parte da história de luta das mulheres, de alguns dos seus debates mais importantes e do esforço das militantes socialistas para convencer suas organizações políticas da centralidade da luta pela libertação das mulheres. O direito ao voto era, então, bandeira central das mulheres em grande parte dos países no mundo. As militantes socialistas nos Estados Unidos já haviam organizado um dia de mobilização pelo voto em anos anteriores. Inspirado nesse exemplo, o movimento de mulheres socialistas aprovou a proposta de um dia de luta unificado internacionalmente.

NALU FARIA

Psicóloga, coordenadora-geral da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e integrante da Secretaria Nacional da Marcha Mundial das Mulheres. Coordenou várias publicações da SOF, como o boletim *Mulher e Saúde*, a coleção *Cadernos Sempreviva* e o boletim *Folha Feminista*.

1. Este artigo é uma edição resumida da introdução da edição brasileira do livro *As origens e comemoração do Dia Internacional da Mulher*, de Ana Isabel Álvarez González, publicado pela Editora Expressão Popular e Sempreviva Organização Feminista, em 2010, por ocasião dos cem anos da criação do Dia Internacional das Mulheres.

Em diversos países já existiam movimentos de mulheres por mudanças na legislação civil, em especial na regulamentação do casamento e do divórcio, pelo direito de frequentar escolas e exercer ofícios e profissões, de terem acesso à herança e aos bens da família, de participar de associações políticas e sindicais. Mas a reivindicação que mais se destacava e mobilizava especialmente as mulheres era o direito de voto, considerado um instrumento indispensável para que os demais direitos pudessem existir.

Formou-se, assim, um expressivo movimento em torno dessa reivindicação, um movimento sufragista que, com características e dinâmicas distintas, mobilizou mulheres em diferentes países, por um largo período. Esse mesmo período, as últimas décadas do século 19 e inícios do século 20, foi um momento de grande confronto de classes, com a organização do movimento socialista em diversos países. É no marco desses debates e conflitos que as militantes socialistas se organizaram, buscando formar um movimento forte, capaz de combinar a luta pela libertação das mulheres com a luta pela transformação global da sociedade, com argumentos – e força – para convencer os camaradas homens que a opressão das mulheres, sua permanência no estreito círculo da família e do trabalho doméstico, era uma força contrária às propostas de igualdade defendida pelo socialismo.

O direito de voto foi uma reivindicação central para as distintas correntes que se formaram na mobilização das mulheres. A discussão sobre as formas de luta e a construção de alianças provocava uma permanente tensão tanto nas correntes do movimento sufragista independente quanto entre as militantes socialistas. Alianças que pareciam tão óbvias entre setores oprimidos permaneciam sempre conflituosas e frágeis e, com frequência, se rompiam em prejuízo de seu elo mais fraco: as mulheres. Da mesma forma, no movimento socialista as militantes tiveram que dedicar parte importante de suas energias, e muitas vezes abrir mão de suas reivindicações, para

convencer os partidos de esquerda que valia a pena lutar pela igualdade para as mulheres. E nem sempre foram bem sucedidas. Nos textos de Alexandra Kollontai e Clara Zetkin de diferentes períodos entre 1906 e 1920, é insistente a argumentação de que a luta das mulheres, ao contrário de ameaçar a luta do proletariado, a reforça.

A história do Dia Internacional das Mulheres traz o debate da difícil construção da luta pela igualdade entre mulheres e homens no conjunto da esquerda, ao mesmo tempo em que mostra os limites da luta feminista quando não se insere na busca de transformações estruturais das relações sociais e econômicas. A opressão das mulheres não surge com a sociedade de classes, mas em todas as formações sociais homens e mulheres foram reinseridos segundo sua classe e a desigualdade entre mulheres e homens se remodela favorecendo a dominação masculina ao combinar as relações sociais de sexo (ou de gênero) com a dominação de classe. Hoje podemos perceber como a dominação e a opressão estão estruturadas sobre as relações de sexo, de raça e de classe². A luta das militantes feministas socialistas, com os distintos instrumentos teóricos e políticos da cada época, é marcada pelo esforço de construir as condições para uma transformação integral das relações sociais. Isso exige uma elaboração teórica e uma ação política que altere os estreitos limites com os quais a esquerda ainda enxerga a luta das mulheres.

A recuperação histórica do debate e das lutas no período em que se iniciou a celebração de um dia internacional de luta das mulheres nos estimula a refletir sobre as formulações e contribuições que o feminismo trará, posteriormente, para a análise marxista e os diferentes desafios da luta socialista. A partir dos anos 1960 e 1970, desenvolve-se um amplo debate no feminismo sobre o significado dos mecanismos de opressão das mulheres, das distintas formas de organização familiar e o papel do trabalho das mulheres em todas as sociedades e formações históricas. Aprofunda-se a compreensão da parti-

2. Daniele Kergoat. "Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais". Revista Novos Estudos Cebrap, n. 86, março 2010. p. 93-103.

3. A divisão sexual do trabalho e seu papel nas organização das relações sociais e na economia têm sido tema central nas discussões apresentadas por Danièle Kergoat e Helena Hirata, e pode ser encontrada em diversos textos publicados no Brasil.

cularidade do capitalismo que, ao radicalizar a divisão entre público e privado, distancia produção e reprodução possibilitando uma redução do conceito de trabalho (ênfaticamente na elaboração marxista tradicional) que não reconhece o enorme volume de trabalho realizado pelas mulheres por detrás das relações mercantis propriamente ditas. Em particular a elaboração feminista sobre a divisão sexual do trabalho como estratégia integrante da exploração capitalista e como mecanismo que revalida as relações de poder e opressão entre mulheres e homens traz uma nova perspectiva para a análise da dominação capitalista³ e, também, das razões da permanência da chocante desigualdade entre mulheres e homens naquelas sociedades que tentaram romper com a desigualdade de classe. São questões que, sem dúvida, exigem elaboração muito além do que aqui se pretende abordar; de fato, são um pano de fundo permanente do debate que uma perspectiva feminista socialista cobra da esquerda.

Por outro lado, em grande medida devedora ou herdeira da ousadia teórica e política de militantes como Alexandra Kollontai, a chamada segunda onda do feminismo, após os anos 1960, coloca em destaque a proposta da autonomia das mulheres e a essencial igualdade também no âmbito das relações pessoais e no exercício da sexualidade. Com instrumentos teóricos e políticos inexistentes nas primeiras décadas do século 20, o feminismo retoma uma plataforma de igualdade nas relações pessoais, de crítica aos modelos tradicionais de família, da exigência da autonomia das mulheres, insistindo na importância do controle sobre a reprodução. Uma plataforma que em grandes linhas e com surpreendente radicalidade vemos presente em medidas tomadas pelos bolcheviques nos primeiros anos da Revolução Russa. Aliás, o que deveria nos chocar é perceber o quanto a esquerda se tornou conservadora nas décadas seguintes e o quanto esses debates se perderam na memória de grande parte dos militantes, homens e mulheres, até que o feminis-

mo viesse cobrar, novamente, a coerência da construção da igualdade entre mulheres e homens na proposta socialista.

Recuperar o histórico do Dia Internacional das Mulheres como parte da luta social, como inegável ponto de intersecção entre a luta das trabalhadoras, do movimento socialista e da luta feminista, evidencia o caráter político dessa comemoração. Ao mesmo tempo, retoma historicamente o esforço das militantes socialistas em construir uma dinâmica de organização e luta específica das mulheres. A história evidencia a resistência – e mesmo o rechaço – de setores do movimento socialista à perspectiva de organização das mulheres, alicerçada na recorrente incompreensão do direito das mulheres à igualdade no mundo público que era tema central naquele momento (ao trabalho e à participação política), contrastando com a realidade da sua presença no trabalho agrícola e no proletariado industrial, já fortemente marcado pela divisão sexual do trabalho. Em diversos setores e ramos de trabalho a presença das mulheres era mesmo majoritária. Difícil seria pensar na organização da luta revolucionária sem a participação das trabalhadoras.

No entanto, duas lógicas aparentemente contraditórias se complementam – o impulso para a presença das mulheres nas novas relações de trabalho mercantis e o reforço de seu lugar na família. A exploração capitalista não destrói a estrutura familiar, como inicialmente imaginaram os pensadores marxistas. E o movimento sindical, predominantemente masculino, apoiou e reforçou o papel da família operária e o lugar ideal das mulheres como donas de casa e mães de família. A contradição entre reivindicações de melhoria das condições de trabalho muitas vezes se apoiou na restrição ao direito das mulheres de trabalhar fora de casa. Essa dinâmica alimentou uma lógica de organização do mercado de trabalho, legitimada durante décadas, que considerava “natural” a demissão das mulheres ao se casarem, ou a existência de profissões consideradas “adequadas” ao padrão de feminilidade imposto. São

4. Ana Isabel Álvares González (2010) apresenta de forma detalhada a história de definição do Dia Internacional das Mulheres. A reconstituição desta história foi feita anteriormente e publicada com extensa documentação do período por Renée Côté em *La Journée internationale des femmes – ou les vrais faits et vrais dates des mysterieuses origines du 8 mars jusqu’ici embrouillées, truquées, oubliées: la clef des enigmes la vérité historique*, publicado em Quebec em 1984.

5. “Dia Internacional das Mulheres”, de Alexandra Kollontai. Publicado em 1920, por ocasião da comemoração do Dia. Publicado como anexo em González (2010), p. 192-202.

alguns dos mecanismos de controle da exploração dos trabalhadores em seu conjunto, e das mulheres em particular, que favorecem os trabalhadores do sexo masculino reforçando a desigualdade entre mulheres e homens.

Após sua aprovação na Segunda Conferência de Mulheres Socialistas em 1910, inspirada no *Woman’s Day* (Dia da Mulher) organizado pelas socialistas dos Estados Unidos, as comemorações de um dia internacional das mulheres organizadas pelas militantes socialistas ocorrem em dias diferentes a cada ano nos distintos países, sem a definição de um dia específico para sua realização entre os anos de 1911 e 1920. Foram as manifestações das mulheres na Rússia, no dia 8 de março de 1917 (dia 23 de fevereiro segundo o antigo calendário russo) que motivaram a escolha do dia 8 de março como a data comum para comemoração do Dia Internacional das Mulheres, alguns anos depois⁴. A confluência das comemorações do Dia Internacional das Mulheres com a greve das operárias têxteis e a revolta das mulheres com a escassez de alimentos foi o estopim da Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia. Um texto de Kollontai, publicado em 1920, descreve a mobilização das mulheres:⁵

Em 1917, no dia 8 de março (23 de fevereiro), no Dia das Mulheres Trabalhadoras, elas saíram corajosamente às ruas de Petrogrado. As mulheres – algumas eram trabalhadoras, algumas eram esposas de soldados – reivindicavam “Pão para nossos filhos” e “Retorno de nossos maridos das trincheiras”. Nesse momento decisivo, o protesto das mulheres trabalhadoras era tão ameaçador que mesmo as forças de segurança tsaristas não ousaram tomar as medidas usuais contra as rebeldes e observavam atônitas o mar turbulento da ira do povo. O Dia das Mulheres Trabalhadoras de 1917 tornou-se memorável na história. Nesse dia as mulheres russas ergueram a tocha da revolução proletária e incendiaram todo o mundo. A revolução de fevereiro se iniciou a partir desse dia.

Da mesma forma Trotski relata o início da revolução em *A história da Revolução Russa* (capítulo 7), enfatizando que as mobilizações das mulheres passaram por cima do receio das direções partidárias que consideravam que as condições para um movimento grevista não estavam dadas:

O dia 23 de fevereiro era o Dia Internacional da Mulher. Os círculos da social-democracia tencionavam festejá-lo segundo as normas tradicionais: reuniões, discursos, manifestos. Na véspera ainda ninguém poderia supor que o Dia da Mulher pudesse inaugurar a Revolução. Nenhuma organização preconizara greves para aquele dia. (...) Tal foi a linha de conduta preconizada pelo Comitê, nas vésperas do dia 23, e parecia ter sido aceita por todos. No dia seguinte, pela manhã, apesar de todas as determinações, as operárias têxteis de diversas fábricas abandonaram o trabalho e enviaram delegadas aos metalúrgicos, solicitando-lhes que apoiassem a greve. Foi “contra a vontade”, escreve Kayurov, que os bolcheviques entraram na greve, secundados pelos operários mencheviques e socialistas-revolucionários. Visto tratar-se de uma greve de massas, não havia outro remédio senão fazer com que todos descessem à rua e tomar a frente do movimento (...) ninguém, absolutamente ninguém – podemos afirmar categoricamente baseando-nos em todos os documentos consultados – supunha que o dia 23 de fevereiro marcaria o início de um assalto decisivo contra o absolutismo.

A mobilização das mulheres respondia a mais de uma motivação. E detonava a insatisfação exacerbada pelo longo período de opressão e de guerra. Como já mencionara Kollontai, para a mobilização das mulheres nas ruas confluíram as grevistas do setor têxtil, as imensas filas para a distribuição do pão, mulheres familiares dos soldados do exército – chamadas de *soldatki* – explodindo uma revolta acumulada contra a repressão do regime tsarista intensificada pela guerra. A revolta

6. Anteriormente ao livro de Ana Isabel Álvarez González (2010), a reconstituição da história do Dia Internacional das Mulheres foi feita e publicada com extensa documentação do período por Renée Côté em *La Journée internationale des femmes – ou les vrais faits et vrais dates des mystérieuses origines du 8 mars jusqu’ici embrouillées, truquées, oubliées: la clef des énigmes la vérité historique*, publicado em Quebec em 1984. E, pontualmente, em alguns trabalhos em outros países.

se estendeu por vários dias, ganhando, cada vez mais um caráter de greve geral e de luta política. O relato de Trotski pontua com detalhes a iniciativa das mulheres:

É evidente pois que a Revolução de Fevereiro foi iniciada pelos elementos de base, que ultrapassaram a resistência de suas próprias organizações revolucionárias, e que esta iniciativa foi tomada espontaneamente pela camada proletária mais explorada e oprimida que as demais – as operárias da indústria têxtil, entre as quais, deve-se supor, estavam incluídas numerosas mulheres casadas com soldados. O impulso decisivo originou-se das intermináveis esperas nas portas das padarias. O número de grevistas, mulheres e homens, orçou, neste dia, por volta dos 90 mil. (...) Uma multidão de mulheres, nem todas operárias, dirigiu-se à Duma Municipal, pedindo pão. Era o mesmo que pedir água a uma pedra. Em outras partes da cidade foram desfraldadas bandeiras vermelhas cujas inscrições atestavam que os trabalhadores exigiam pão, mas que também não queriam mais a autocracia nem a guerra. O Dia da Mulher foi bem sucedido, cheio de entusiasmo e sem vítimas. Anoitecera e nada revelava ainda o que esse dia trazia em suas entranhas.

Foi para lembrar a ação das mulheres na história da Revolução Russa que o Dia Internacional das Mulheres passou a ser comemorado de forma unificada no dia 8 de março. A decisão de unificação da data foi tomada na Conferência de Mulheres Comunistas, coincidindo com o Congresso da Terceira Internacional, realizado em Moscou, em 1921.⁶ Parte dessa história, entretanto, ficou esquecida durante vários anos. É verdade também que, em especial a partir da década de 1930, o estalinismo corrompeu o sentido de luta do 8 de Março, transformando-a durante longos anos em uma festa de exaltação da maternidade, em defesa da paz e da pátria soviética. O sentido de reivindicações das mulheres, de

construção da igualdade é deixado para trás, assim como foram destruídas várias das conquistas iniciadas com a Revolução de 1917.⁷

A recuperação da história do 8 de março, fortemente ligada à luta das mulheres socialistas, ao elucidar sua origem evidenciou, também, a permanente tensão das militantes para que as organizações e partidos da classe trabalhadora incorporassem as reivindicações das mulheres. Tensão que aponta para a necessidade de organização das mulheres no conjunto da esquerda e para a construção do movimento de mulheres.

A segunda onda do feminismo, tal como a primeira, teve um rápido processo de internacionalização e, a partir dos anos 1960, o Dia Internacional das Mulheres é retomado com destaque como uma data de luta do movimento. A existência de um dia comum tem um papel significativo de mobilização. A incorporação pela ONU do 8 de Março como data mundial contribuiu para essa retomada em larga escala, ao mesmo tempo em que também incentivou um viés institucional da comemoração.

Ao se tornar referência no mundo inteiro, o 8 de Março tem um importante papel na manutenção da identidade de um movimento amplo de mulheres e é um instrumento de mobilização e aglutinação das mulheres em torno da luta pela igualdade. Em um movimento tão amplo e disperso, que é característica do movimento de mulheres, a construção de um calendário de lutas pode ter um papel decisivo de mobilização e construção de uma identidade política, assim como a construção de símbolos, de dinâmicas próprias e o compartilhamento de uma história comum.

Após os anos 1980, os meios de comunicação, diversas instituições e empresas vêm tentando absorver o Dia Internacional das Mulheres e transformá-lo em mais um evento do mercado, um dia de flores, de homenagens, de presentes... e de reforço da feminilidade tradicional. Essa dinâmica nos anos 1990 e início dos anos 2000 incluiu, até mesmo,

7. Vários anos mais tarde, quando a data volta a ser comemorada mais amplamente, muitas versões se contaram, se confundiram, se criaram e os acontecimentos e motivações que deram origem ao Dia Internacional das Mulheres, ao 8 de Março, ficaram submersos. A mais difundida vinculava a origem da data a um incêndio que causou a morte de uma centena de operárias. Um incêndio que de fato existiu, acontecimento trágico e marcante na história do movimento operário dos Estados Unidos, mas cuja história não se vincula à proposição de um dia de luta das mulheres (até mesmo porque aconteceu depois da criação do dia internacional das mulheres) e, tampouco, à definição da data do dia 8 de março para sua comemoração. Ver González (2010); Côté (1984) e também Kollontai (1920).

um momento de investida antifeminista: jornais e revistas publicam artigos questionando se o feminismo ainda existia ou se ainda é necessário buscar a igualdade. Uma vez que “as mulheres já conquistaram tudo”, tratar-se-ia agora de combater os exageros feministas para que a mulher não perca a feminilidade.

Agora vivemos outro momento, pois houve um novo crescimento do feminismo, inclusive com a entrada de uma nova geração. Por um lado, temos aspectos muito positivos como, por exemplo, a retomada de uma visão de que vivemos uma sociedade patriarcal com relações profundamente desiguais. Trata-se, por outro lado, de uma dinâmica muito complexa onde existem vários riscos. Há um crescimento do feminismo inclusive para setores que não compõem movimentos políticos e lutas sociais. Há quem veja o feminismo apenas como um estilo de vida, em geral marcado por concepções extremamente liberais e centradas nas decisões individuais, sem uma perspectiva coletiva e social. Essa caracterização, mesmo que extremamente simplificadora, coloca o sentido e nuances do debate que exigem respostas mais elaboradas em particular pela esquerda.

Nessa dinâmica atual ocorre também um fortalecimento da referência do 8 de Março no mundo inteiro, que continua tendo importante papel em colocar na agenda mais ampla na sociedade a persistência da desigualdade e da opressão. Ao mesmo tempo, mobiliza as mulheres em diversos âmbitos para trazer à tona suas reivindicações e necessidades.

No Brasil, tornou-se parte do calendário de lutas do conjunto dos movimentos. Embora já haja um amplo reconhecimento do protagonismo das mulheres, há sempre uma tensão que exige esforço permanente dos setores feministas para isso. Manter uma dinâmica de luta, de mobilização e resistência, é sempre uma disputa política e depende do grau de organização e força das militantes feministas socialistas no movimento. Afinal, a perspectiva organizativa de qualquer

luta, o rumo de qualquer movimento são resultado de projetos políticos. Um 8 de Março militante é parte do projeto de construção de um movimento de mulheres forte, capaz de atuar em conjunto com outros movimentos sociais, aglutinando as militantes organizadas também nos movimentos e organizações sociais mistos, em torno de uma plataforma que articule a luta pela igualdade entre mulheres e homens com a luta pela transformação das relações de classe e de raça. Em síntese, trata-se de atuar para que uma perspectiva que integre a luta pela igualdade, anticapitalista, antirracista e antipatriarcal em eixo estruturador do movimento de mulheres, um movimento feminista e socialista.

Em 2017, o 8 de março, no Brasil, teve como marca a articulação entre a luta contra os retrocessos propostos pelo governo golpista com agendas permanentes da luta feminista. Em todo país estava o rechaço a reforma da previdência, a reivindicação pela descriminalização e legalização do aborto junto com a luta contra a violência patriarcal. Essa agenda estava inserida na luta contra o golpe, pela recuperação da democracia e de implementação um projeto que avance na construção da igualdade.

No ano em que celebramos os 100 anos da Revolução Russa é uma referência histórica que não pode ser esquecida o fato de a comemoração do Dia Internacional da Mulher estar vinculada à mobilização das mulheres russas que deu início à revolução, em 23 de fevereiro de 1917 (8 de março em nosso calendário). Esse é o lugar do 8 de Março na longa jornada das mulheres: reafirmar que sem socialismo não há feminismo, sem feminismo não há socialismo.